

MAPEAMENTO DE BOAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL INTEGRADAS AO CURRÍCULO ESCOLAR

Giorgia Castilho Russo¹
Silvia Cristina Farias²
Yazareni José Mercadante Urquía³
Stephanie Bispo Amaral⁴
Regicely Aline Brandão Ferreira⁵

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço de formação de hábitos e de construção da cidadania. Nesse sentido, o ambiente alimentar escolar é um espaço com amplo potencial de promover hábitos alimentares adequados e saudáveis que podem perdurar por toda vida. Observa-se a existência de marcos legais, que orientam sobre o desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no ambiente escolar, recomendando a sua realização no cotidiano da escola e de forma transversal ao currículo de toda a educação básica, inclusive na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que estabelece as diretrizes para toda a educação básica (Brasil, 2018).

As ações de EAN na escola também contribuem para construção de conhecimentos que apoiam a aprendizagem do conteúdo curricular da educação básica pois apresentam relação com diversos componentes curriculares, além de colaborar com o compromisso do sistema de educação de formar um ser humano integral ao promover a construção de senso crítico dos estudantes sobre alimentação adequada e saudável (Maldonado et al., 2021).

O aspecto subjetivo do comer e a multidimensionalidade da alimentação trazem a natureza transversal das práticas pedagógicas e atividades de EAN, no entanto, esse caráter transversal pode levar a ações esporádicas, desarticuladas e não planejadas. Sendo uma prática contínua e permanente direcionada a autonomia, é importante que essas ações

¹ Mestre em Políticas públicas de alimentação da Universidade de São Paulo – USP, giorgiarusso@gmail.com;

² Mestre em Alimentação, Nutrição e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ silviacristinafarias@gmail.com;

³ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES yazareni@gmail.com;

⁴ Doutora em Estatística Social pela Universidade de Southampton, samaral@unicef.org;

⁵ Mestre em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo - USP, rbrandao@unicef.org.



de EAN sejam planejadas, estruturadas e abordadas em uma trilha pedagógica de aprendizagem durante todas as etapas da educação básica (Reis & Reinaldo, 2020; Maldonado et al., 2021).

O projeto EscolAAS do UNICEF, tem como objetivo mobilizar e apoiar gestores e atores estratégicos na incorporação e promoção da alimentação saudável nas escolas. Para compreender as iniciativas já existentes e identificar ações que integram a EAN ao currículo e aos projetos políticos pedagógicos (PPP), foi realizado um mapeamento de experiências no território nacional e uma análise documental dessas ações. Os resultados do mapeamento irão subsidiar um repositório de boas práticas da EAN para inspirar e apoiar educadores no seu dia-a-dia na escola.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi identificar boas práticas de EAN no ambiente escolar, com foco na identificação de estratégias eficazes para sua integração no currículo da educação básica de forma permanente e envolvendo diversos atores.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental, que, segundo Fonseca (2002), utiliza fontes primárias: dados e informações ainda não tratados cientificamente ou analiticamente, como relatórios, documentos oficiais e registros institucionais. Esse tipo de pesquisa é amplamente utilizado nas ciências sociais e humanas, por possibilitar análises qualitativas e quantitativas de fenômenos educacionais a partir de materiais originais.

O levantamento das experiências foi realizado no período de fevereiro de 2024 a março de 2025. Foram identificados quatro campos de coleta, a saber:

- Jornadas de EAN do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) de 2017 a 2023;
- E-book de comemoração dos 10 anos do Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas (Marco de EAN);
- Ações Promotoras da Alimentação Adequada e Saudável no Ambiente Escolar: Ministério da Saúde (CGAN/DEPPROS/SAPS/MS) e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em parceria com Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
- Relatos pelos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE).



Foram definidos seis critérios para avaliação das boas práticas de EAN no ambiente escolar. O Quadro 1 apresenta as possibilidades de pontuação para cada critério avaliado.

Quadro 1 – Descrição dos critérios para avaliação das boas práticas de EAN no ambiente escolar e respectivas pontuações.

Critério	Pontuação
1. Ação educativa baseada nos princípios do Marco de EAN	• Sim = 0,5 ponto • Não = 0,0 ponto
2. Ação educativa baseada nos princípios dos Guias Alimentares Brasileiros	• Sim = 0,5 ponto • Não = 0,0 ponto
3. Ação educativa dialoga com a estrutura curricular	
Educação Infantil	• Dialoga com dois direitos de aprendizagem = 1 ponto • Dialoga com três ou mais direitos de aprendizagem = 3 pontos
Ensino Fundamental	• Dialoga com o componente curricular ciências e/ou educação física e/ou somente um outro componente curricular = 1 ponto • Dialoga com dois ou mais componentes (além de ciências e/ou educação física) = 3 pontos
4. Abordagem de outras dimensões da alimentação além da biológica	• Aborda dimensão biológica e/ou uma outra dimensão = 1 ponto • Aborda dimensão biológica e/ou duas ou mais dimensões = 1,5 pontos
5. Participação de outros atores da comunidade escolar, além do estudante e professores, por exemplo: famílias, merendeiras, agricultores locais que fornecem os alimentos da alimentação escolar etc.	• Atividade realizada com estudante e/ou outro ator da comunidade escolar = 1 ponto • Atividade realizada com estudante e/ou outros dois atores da comunidade escolar ou mais = 1,5 pontos
6. A ação é trabalhada de forma permanente, perpassando o currículo escolar, e não apenas como ações pontuais periódicas.	• Sim = 3,0 ponto • Não = 0,0 ponto



As experiências foram pontuadas de 0 a 10, considerando os seis critérios: alinhamento aos princípios do Marco de EAN e dos Guias Alimentares Brasileiros, diálogo com a estrutura curricular, abordagem ampliada da alimentação, participação de múltiplos atores sociais e perenidade das ações.

O total das experiências foi analisado por três pesquisadoras, que aplicaram os critérios de avaliação previamente definidos. As dúvidas e casos específicos foram discutidos em conjunto, a fim de garantir a uniformidade da classificação e o consenso nas decisões. Os resultados foram sistematizados em planilha eletrônica e analisados de forma descritiva.

Ao todo foram avaliadas 456 experiências, sendo 321 das Jornadas de EAN do FNDE (30 de 2017, 20 de 2018, 20 de 2019, 20 de 2022, 231 de 2023 e 1 indicada por agente técnica do FNDE), 23 do E-book de comemoração dos 10 anos do Marco de Referência de EAN para Políticas Públicas, 18 das Ações Promotoras da Alimentação Adequada e Saudável no Ambiente Escolar, promovido pela Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN) do Ministério da Saúde e 93 Relatadas pelos Cecane.

Do total, 245 experiências foram realizadas no segmento da Educação Infantil e 239 no Ensino Fundamental. 49 experiências foram realizadas com estudantes de ambos os segmentos, 11 não relataram o segmento escolar ou foram realizadas com professores e/ou merendeiras e três foram realizadas com alunos do ensino médio. As experiências avaliadas vieram de todas as regiões do país, a saber: 168 (36,9%) do Nordeste, 117 (25,7%) do Sudeste, 100 (22,0%) do Sul, 36 (7,9%) do Centro-Oeste e 34 (7,5%) do Norte. Para uma das experiências não foi identificado o local de origem de sua realização.

As avaliações finais das experiências mostraram que 16,4% (n=75) receberam nota 10 e, quando avaliadas por nível de ensino, se evidenciou maior proporção de experiências nota 10 na Educação infantil com 23,7% (n=58), enquanto no Ensino Fundamental a proporção foi de 15,5% (n=37) com nota 10. A nota média geral das



experiências avaliadas foi de 6,3 pontos. Esses achados mostram o quanto ainda é incipiente a realização de ações de EAN no ambiente escolar que aconteçam no cotidiano da creche/escola, que esteja articulada ao PPP, de forma transversal ao currículo e com uma abordagem ampliada da alimentação e nutrição (Camozzi et al., 2015; Greenwood & Fonseca, 2016; Reis & Reinaldo, 2018; Maldonado et al., 2021).

Os resultados mostraram que a maioria das experiências (97,5%) alinhava-se aos princípios dos Guias Alimentares e ao Marco de EAN (99,6%), e 70,7% abordavam três ou mais dimensões da alimentação. O critério com menor pontuação foi perenidade (30,3%) e integração de componente curriculares no ensino fundamental (40%), apontando que as experiências de abordagem da EAN no ambiente escolar geralmente acontecem de forma pontual ou ocasional e que fragmentação curricular do ensino fundamental parece refletir negativamente nas ações de educação alimentar e nutricional.

As práticas de maior pontuação destacaram-se pela incorporação da EAN nos projetos pedagógicos institucionais, uso de metodologias ativas e contextualizadas e pelo envolvimento da comunidade escolar, incluindo famílias, merendeiras e agricultores locais. Esses resultados reforçam a importância de promover formações continuadas e políticas de incentivo que estimulem a integração curricular da EAN e garantam sua perenidade no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação é uma prática social complexa, influenciada por fatores biológicos, econômicos, políticos e socioculturais, e que as ações de EAN devem refletir essa amplitude. Embora a maioria das iniciativas analisadas aborde várias dimensões da alimentação, muitas ainda se limitam ao aspecto biológico.

O estudo mostra também diferenças entre os níveis de ensino: na Educação Infantil, a alimentação aparece mais integrada ao cotidiano escolar, enquanto no Ensino Fundamental predominam abordagens pontuais e fragmentadas. Isso reforça a necessidade de políticas e estudos que promovam a inserção transversal e permanente da EAN em toda a educação básica.

Outro desafio é a ausência de diretrizes claras nas normativas educacionais, como a BNCC, que trata a EAN de forma restrita dentro da área de Saúde, sem explorar conexões com temas como Meio Ambiente, Consumo e Educação Ambiental.



Aponta-se a necessidade de formação continuada para professores e demais atores escolares, pois os educadores são fundamentais para implementar práticas pedagógicas ativas e contextualizadas na EAN. O desenvolvimento de materiais de promoção de alimentação adequada e saudável voltado para esses atores também pode apoiar no planejamento da EAN envolvendo toda a comunidade escolar com debate do tema na construção dos projetos político-pedagógicos (PPP) das escolas e construção de trilhas de aprendizagem pedagógicas que desenvolvam o senso crítico dos estudantes sobre alimentação adequada e saudável.

Conclui-se que, embora editais e programas públicos incentivem ações mais amplas de EAN, eles não garantem, por si só, a integração efetiva ao currículo e o envolvimento contínuo da comunidade escolar. Para isso, é essencial que os currículos e projetos pedagógicos sejam elaborados por equipes interdisciplinares, com clareza sobre a dimensão ampla da alimentação e com participação ativa de professores, coordenadores e profissionais de saúde.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional; educação alimentar curricular; alimentação saudável; transversalidade; políticas de educação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei Nº 13.666, DE 16 DE MAIO DE 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- CAMOZZI, A. B. Q. et al. Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia? **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 23, n. 1, p. 32–37, mar. 2015.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GREENWOOD, S. D. A.; FONSECA, A. B. Espaços e caminhos da educação alimentar e nutricional no livro didático. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 22, n. 1, p. 201–218, mar. 2016.
- MALDONADO, L. et al. Proposta de educação alimentar e nutricional integrada ao currículo de Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. suppl 1, p. e00152320, 2021.
- REIS, W. A. D.; REINALDO, A. M. S. Estratégias de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar: uma revisão integrativa. **Revista de APS**, v. 21, n. 4, 24 jan. 2020.

